



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social.

BELFORD ROXO: ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA URBANA NUMA JOVEM CIDADE PERIFÉRICA

THAIS GOMES DA SILVA¹

Resumo: O presente artigo pretende apresentar uma pesquisa sobre os níveis de precarização da vida da população moradora de Belford Roxo. Para isso parte de um resgate histórico da cultura patrimonialista na cidade e em seguida apresenta alguns indicadores sociais da cidade.
Palavras- Chave: Belford Roxo; patrimonialismo; desigualdade.

Abstract: The present article intends to present a research on the levels of precariousness of the life of the resident population of Belford Roxo. For this part of a historical rescue of patrimonial culture in the city and then presents some social indicators of the city.

Keywords: Belford Roxo; patrimonialism; inequality.

1-INTRODUÇÃO

De acordo com Virginia Fontes², a história da Baixada Fluminense vai além do que delimitam suas fronteiras administrativas. Ela nasceu e segue marcada pela sua conexão com o Rio de Janeiro, mas não somente: ela é produto do desenvolvimento capitalista no Brasil. Nessa perspectiva, no presente artigo nos propomos a compreender o que ocorreu especificamente na constituição da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde constatamos um processo de urbanização marcado por uma fragmentação territorial que delimitou a construção de espaços para ricos e espaços para pobres e que consequentemente produziu o que Abreu (2013) chamou de “explosão demográfica da Baixada Fluminense”, entendendo a relação dessa região com a capital do Rio de Janeiro como uma expressão concreta do modelo núcleo-

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <thaisgmsilva@gmail.com>.

² A autora faz uma análise da Baixada Fluminense, como expressão do modelo núcleo-periferia no prefácio do livro: “Escavando o passado da cidade: História política da cidade de Duque de Caxias”, de Marlúcia Santos Souza, 2014.

periferia. Tendo a partir de tudo isso o objetivo de compreender as manifestações da desigualdade no município de Belford Roxo, resgatando sua história política, concomitantemente à seu processo de urbanização, e analisando alguns de seus indicadores sociais.

Tomamos como ponto de partida, que a desigualdade no capitalismo tem raiz no modo como essa sociedade produz não só as mercadorias, mas como produz também as relações sociais desiguais, e considerando que na realidade brasileira o desenvolvimento do capitalismo aconteceu pela coexistência de aspectos modernos e arcaicos, partiremos da lei do desenvolvimento desigual e combinado³ que, nesse caso, nos ajudará a explicar não só como se dá o modelo de urbanização das cidades brasileiras, mas como isso ocorreu especificamente na constituição da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde Abreu (2013, p.17) apontou a existência de um “núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria de renda e recurso urbanísticos possíveis cercados por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e infraestrutura”. Ajudará a explicar também como se forjam as relações sociais que, no caso das periferias urbanas, são marcadas por mediações ultrapassadas, reforçadas pela lógica do favor e do medo, como o que Maricato (2015) aponta como legado do patrimonialismo, e que são “características específicas desse capitalismo ‘sui generis’ que subordina toda a sociedade mais se alimenta de relações não capitalistas”. (Maricato, 2015, p.79).

A partir da década de 1950, o Rio de Janeiro experimentou uma “explosão metropolitana”, resultado de uma migração campo-cidade de proporção absurda. Abreu (2013) nos mostra que metade dos trabalhadores que chegavam à cidade – mais de 600 mil pessoas aproximadamente – tinham como destino a *periferia intermediária*⁴, “especialmente nos municípios da

³ “A lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma lei científica da mais ampla aplicação no processo histórico. Tem um caráter dual ou, melhor dizendo, é uma fusão de duas leis intimamente relacionadas. O seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta desses fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico.” (NOVACK, 2008, p.17-18).

⁴ Para fins metodológicos, Maurício de Abreu dividiu a Região Metropolitana do Rio de Janeiro em quatro faixas de limites imprecisos: *núcleo*, *periferia imediata*, *periferia intermediária* e *periferia distante*. Segundo o autor, periferia intermediária é aquela através da qual a metrópole se expande. Para ver mais: Abreu (2013).

Baixada Fluminense e nos bairros cariocas que lhes são fronteiriços, que apresentaram os maiores incrementos populacionais da Área Metropolitana”. (p.121).

Esse processo explica, por exemplo, a urbanização mais que precária da região que corresponde a Baixada Fluminense, onde um território que era basicamente rural passa a experimentar um crescimento desordenado num período em que a cidade do Rio de Janeiro além de não dar conta mais do intenso fluxo migratório produzido pela industrialização, havia se tornado uma cidade muito cara, onde o centro e suas proximidades, se restringiam à espaço das elites. O que conseqüentemente operou na Baixada Fluminense, um retalhamento e comercialização das fazendas que entram em decadência na região, sem legislação formal, ou mínimas condições estruturais.

Num dado momento, acreditou-se que os problemas da Baixada fossem ser resolvidos com uma maior fragmentação territorial, e que a riqueza não era distribuída devido ao território ser dividido em cidades muito grandes. O que motivou na década de 40 a primeira onda emancipacionista, que resulta nas cidades de Duque de Caxias, em 1943, seguido de Nilópolis e São João de Meriti, ambos em 1947. Mais tarde na década de 90, uma outra onda de emancipações explode na Baixada, precisamente o município de Nova Iguaçu, que resulta nas cidades de Belford Roxo (1990), Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (2001).

Dessa vez as emancipações não só estão imbricadas com os interesses políticos locais, mas tem também conexão direta com as mudanças engendradas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que tornava o município agora um ente federativo e autônomo e trazia um novo elemento como o Fundo de Participação dos Municípios, sem falar na ideia de um que menor território, possibilitaria uma gestão mais democrática e com a participação popular. No entanto, “a inexperiência inicial daqueles que alimentavam a utopia de construir uma cidade mais democrática obrigou muitos ativistas a refletir sobre as limitações e a conseqüente adaptação que deveria ser feita nas propostas”. (Maricato, 2015, p.34). Nesse sentido, Rodrigues (2006) nos aponta, que o FPM será um dos principais motivadores para a onda de emancipações pós Constituição de 88, atraindo o interesse das elites locais,

que nem de longe tinham algum comprometimento com uma cidade mais democrática, e que nos faz constatar que o território da Baixada Fluminense “foi desenhado a partir do interesse dos grupos dominantes locais subordinados aos núcleos centrais de poder e dos interesses dos grupos que detinham o controle do aparelho burocrático e político do poder central”. (Souza, 2014, p.19).

Ambas as experiências de emancipação continham grandes equívocos, pois se a Região Metropolitana organizou as elites num espaço, e os trabalhadores no outro, dentro da Baixada Fluminense, mesmo que em proporção distinta, ocorria o mesmo. E mais, essas elites não só se organizaram nos melhores espaços, como deram a linha política na região. As famílias que fragmentaram as fazendas e as lotearam no processo de ocupação da Baixada, fragmentaram também as cidades no final do século XX, e fizeram dos novos municípios, currais vigorosos que os mantêm no poder político e econômico da região.

O município de Belford Roxo é fruto desse último período de fragmentações territoriais, que em certa medida, nasceu de uma pauta reivindicatória de setores populares e tem raiz nos avanços conquistados no período de redemocratização do país, e na Constituição Federal de 1988, mas que em tempo foi apropriado pelas elites locais. E ao invés de fazer dos pequenos territórios locais de participação popular, democratização e melhor administração e distribuição de recursos, fez das prefeituras uma extensão de negócios familiares.

2- BELFORD ROXO: PASSADO E PRESENTE NUM RESGATE HISTÓRICO E POLÍTICO

Tendo esse trabalho como objetivo central, uma análise sobre os aspectos da desigualdade evidenciados na cidade de Belford Roxo já urbanizada, não nos deteremos a aprofundar o resgate de um passado muito distante. No entanto vale destacar, que “suas terras foram assinaladas pela primeira vez no mapa elaborado por João Teixeira Albernaz II, em 1566, entre os rios ‘Merith, Simpuiy e Agoassu’” (PMAS, 2014, p.25).

Sendo ocupada até então pelos Índios Jacutingas. É no mesmo século que a Aldeia dos Jacutingas torna-se uma freguesia, a qual recebe o nome de Engenho de Santo Antônio da Jacutinga, e que após algumas fragmentações passa a se chamar Engenho do Brejo.

A grande fazenda do Brejo passou do século XVII ao XIX, pelas mãos de diferentes proprietários, “pertenceu ao barão de Jacutinga e ao visconde de Barbacena”, e já se chamou de Ipueras e Calhamaço Brejo. E como ocorreu com outras cidades da Baixada Fluminense foi durante muito tempo ponto para escoamento de alguns produtos como açúcar, arroz, feijão, milho, etc; devido à sua proximidade com o Rio Sarapuí e com a Estrada de Ferro Rio D’ouro. Além disso, passou por ciclos de produção de cana de açúcar, café e aguardente.

No final do século XIX, a região do Engenho do Brejo foi batizada de Belford Roxo, em homenagem ao engenheiro falecido Raimundo Teixeira Belfort Roxo, já que no ano anterior a sua morte o engenheiro Belfort Roxo, juntamente com o engenheiro Paulo de Frontin, conseguiram planejar um esquema de reabastecimento de água responsável por captar em apenas seis dias 15.000 litros d’água, a fim de solucionar uma crise hídrica que não somente afetou a Baixada Fluminense, mas também toda a Corte em 1988.

No início do século XX, suas propriedades dedicaram-se a produção de laranja, como ocorreu em várias partes do município de Nova Iguaçu, e como já apontado no capítulo anterior, após uma crise na produção, essas propriedades foram retalhadas e loteadas. A diferença, é que no caso do distrito de Belford Roxo, a ocupação humana ocorreu de maneira mais acelerada do que no entorno do centro iguaçuano.

Aqui não nos cabe retomar a uma história distante, mas nos cabe localizar no tempo, alguns elementos importantes e particulares a região que serão fundamentais para compreender o exemplo, talvez mais emblemático, do movimento emancipacionista que ocorreu na Baixada Fluminense no fim da década de 1980: a cidade de Belford Roxo.

De acordo com as análises feitas por Monteiro (2001) há três fatos históricos que impulsionam Belford Roxo à tornar-se um distrito, e posteriormente um município mergulhado nos dramas de uma ocupação acelerada e sem planejamento: i) a eletrificação da Estrada de Ferro Central do

Brasil; ii) a construção da Rodovia Presidente Dutra; e iii) a instalação da empresa Bayer. Tendo essa última assentado na região em 1958 a maior unidade de Produção da América Latina e a segunda maior unidade de Formulação de Inseticidas, Fungicidas e Herbicidas Bayer do Mundo.

Muitos fatores influenciaram na localização da empresa, mas os principais motivos talvez fossem extensão do terreno em que a mesma se instalou, e a sua proximidade com a Rodovia Presidente Dutra, que além de via de acesso ao Rio de Janeiro, ainda no período capital do Brasil, também, era via acesso ao estado de São Paulo, principal polo da atividade industrial do país. Segundo Monteiro (2001) e Anselmo (2008), a instalação da Bayer⁵ por ocorrer concomitante à um momento explosivo da indústria brasileira, fez crescer de maneira desenfreada a população do distrito, já que nesse período um grande número de trabalhadores saíam de outras regiões em direção ao sudeste. De acordo com Monteiro (2001) “enquanto o centro de Nova Iguaçu possuía ainda laranjais decadentes, o distrito de Belford Roxo convivia já com a violência urbana.”

Não se sabe exatamente quanto a Bayer contribuía economicamente para o município de Nova Iguaçu, mas de acordo com o relato de um sindicalista em meados da década de 1980 o distrito de Belford Roxo sozinho, era o responsável por ser a maior fonte de arrecadação financeira de Nova Iguaçu. “Quando a empresa pertencia à Nova Iguaçu, só a Bayer contribuía com 48% na arrecadação”⁶ da cidade.

É importante destacar que mesmo tendo considerável participação econômica e também política – metade dos vereadores eleitos em Nova Iguaçu eram oriundos de Belford Roxo –, o distrito auferia de pouquíssimos recursos.

A descrença da população belforroxense na atuação do poder público, fez com que florescesse no município uma cultura de que os próprios moradores se organizassem para a resolução de problemas que se referem a problemática urbana. Nessa forma de organização que Monteiro (2001)

⁵ Bayer é uma multinacional de origem alemã que se constituiu em uma das maiores indústrias do mundo no ramo químico, tanto voltado para indústria farmacêutica, quanto para o agronegócio. Estabeleceu-se em Belford Roxo, então distrito de Nova Iguaçu, em 1958.

⁶ Entrevista do Diretor Sindical Edson Luis de Barros, concedida à Carvalho (2015), para o trabalho intitulado: “A greve da Bayer Belford Roxo: ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada Fluminense (1958-1989)”.

chamou de rede de resolução de problemas práticos, além de serem responsáveis pela autoconstrução da moradia, a população dava conta com recursos próprios de demandas como abastecimento de água, esgotamento, pavimentação e iluminação do local de moradia, entre outros tipos de serviços.

A essa rede de resolução de problemas práticos, também se articularam práticas políticas de cunho clientelista, baseadas no favor e no medo. Marcas historicamente presentes na trajetória política da Baixada Fluminense, mas nesse contexto cada vez mais fortalecidas. Ainda nesse cenário político, (Simões, 2007, p.166), destaca que:

Entre essas lideranças marginais que possuíam o perfil de “herói” local estava Jorge Júlio da Costa, o Joca. Filho de migrantes pobres e com uma trajetória de vida de quem venceu a pobreza, trabalhando de baleiro, carroceiro, motorista, até virar um pequeno empresário bem sucedido, Joca tinha a cara do povo de Belford Roxo. A sua atuação clientelista possibilitou a sua eleição para vereador em Nova Iguaçu e o seu discurso “popularesco” de homem de ação e poucas palavras deu uma cara de popular ao movimento de emancipação tido até então como uma coisa das elites oportunistas. As acusações sobre enriquecimento ilícito e de ligação com grupos de extermínio não lhe tirariam o apoio popular, no segundo caso, pelo contrário, a sua imagem de defensor dos mais pobres lhe valia comparações à Tenório Cavalcanti.

É nessa direção que insurge a partir de 1985 um movimento chamado de Comissão Pró Emancipação de Belford Roxo – CEBER, que liderado por Joca, recebe a aclamação popular e apoio do empresariado local. Em 1988 conseguem junto a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), um plebiscito que aponta maioria da população favorável à emancipação distrital. É importante destacar que nesse período o distrito contava com uma população de aproximadamente 300 mil habitantes.

Em 1990, o projeto de lei nº 1.640, cria o município e é enviado a ALERJ, sendo aprovado em abril do mesmo ano. Entretanto, a instalação do município só se dará com o primeiro prefeito eleito, em 1993, o Joca, que sairia vitorioso das eleições com mais de 76 mil votos às custas de uma campanha regada à ações clientelistas em seu centro social, que contava com

“catorze unidades [ambulâncias], uma delas com UTI”, uma ampla rede de distribuição de cestas básicas, máquinas que serviam na abertura e limpeza de valas negras e na reabertura de ruas tomadas pelo mato, com um grupo de funcionários que atendem pessoas com problemas como ausência de vagas em colégios ou falta de emprego, dois postos de saúde e duas clínicas (MONTEIRO, 2001, p.114).

Um outro fator responsável por impulsionar a campanha de Joca, é sua forte aliança política com o então prefeito de Nova Iguaçu, Aluísio Gama. Essa aliança possibilitou que Joca, ainda enquanto vereador articulasse um conjunto de obras públicas junto ao executivo iguaçuano, o que lhe faria adentrar com grande prestígio no mandato enquanto prefeito do novo distrito.

É preciso lembrar que naquele momento Aluisio Gama - prefeito iguaçuano entre 1988 e 1992 - era favorável a emancipação de Belford Roxo e mantinha com Joca uma relação amistosa, sempre atendendo as indicações de obras propostas pelo vereador. Fato que servia para que Joca, se destacasse dos demais vereadores que tinham como origem Belford Roxo. Ao mesmo tempo era para o prefeito iguaçuano estratégico manter-se presente no distrito de Belford Roxo e vincular a sua imagem a alguém tão carismático, uma vez que ali existia uma quantidade grande de eleitores que poderiam auxiliá-lo na continuidade da sua carreira política. Provavelmente visando o seu futuro Aluisio Gama reorganizou todo o centro do distrito de Belford Roxo mesmo após a decisão de que o distrito deixaria de pertencer a Nova Iguaçu. Fato que auxiliou Joca na sua escalada rumo à primeira prefeitura belfordroxense, já que as obras realizadas na administração Aluisio Gama foram indicações do vereador Joca. (MONTEIRO, 2001, p.109-110)

Embora mergulhada em contradições, a eleição de Joca naquele momento, simbolizava a esperança na eleição de um representante popular e não de um representante político da elite local. Para os eleitores, Joca conhecia as precariedades do município e os anseios da população e já se empenhava em resolvê-los. Para os trabalhadores belforroxenses pouco importava se suas demandas seriam atendidas convencionalmente pelo Estado, ou pelas ações focalizadas de Joca, o importante é que elas fossem atendidas, e eleger o prefeito, simbolizaria uma dinamização e estruturação daquela “rede de resolução de problemas” que até o momento era ao que eles podiam recorrer.

O mandato de Joca durou muito pouco, já que em 1995 ele fora vítima de um assassinato, no entanto, mesmo com curto tempo deixou um legado que se arrasta pela história política da cidade até os dias atuais. Além de ter construído o primeiro e único hospital da cidade, conhecido popularmente como “Hospital do Joca”, o prefeito construiu um plano de base para reconstrução de Belford Roxo, que aliava interesses da prefeitura à interesses do empresariado da cidade, mas, de modo que o orçamento municipal fosse poupado.

Os mandatos políticos futuros, todos seguiram na mesma direção: clientelismo, favor, violência (uns mais outros menos), e acima de tudo, o uso da máquina pública como negócio particular. Como não nos é possível um resgate detalhado de cada mandato, como foi no possível no trabalho de conclusão de curso podemos apontar o exemplo a atual gestão da prefeitura, que mesmo iniciando um mandato num município com decreto de estado de calamidade, infla os gastos com um número escandaloso de aproximadamente 40 secretarias, e tem pesado sobre a figura do prefeito acusações de nepotismo⁷, já que a frente de duas dessas secretarias está a primeira dama e uma irmã do atual prefeito.

Nessa perspectiva, destacamos algumas outras características presentes no município. A primeira, se refere a ínfima participação feminina no cenário político da cidade, reflexo de universo político predominantemente machista, e com herança patriarcal. Em sete eleições, Belford Roxo teve nove prefeitos, dentre esses apenas uma prefeita mulher, e uma única vice-prefeita mulher. Nas últimas eleições de 2016, das 25 cadeiras da Câmara dos Vereadores, apenas cinco, foram ocupadas por mulheres. A segunda é o “troca-troca” partidário, que segundo Barreto (2004) “é bastante comum na política de modo geral, mas significativo para o universo da Baixada”, e pode ser apreendido como forma de se negociar um “patrimônio eleitoral”. A terceira é o voto personificado, entendendo que se comumente os candidatos não escolhem seus partidos por ideologia política, não há de se esperar isso da população, que infelizmente por só conhecer relações políticas baseadas em ações de favorecimento pessoal, vota naquele que pode lhe oferecer algo em troca. A quarta e mais escandalosa (se é que isso é possível) é a prática de encabidamento de emprego, que lota os órgãos e equipamentos públicos de “apadrinhados” de líderes políticos, e que além de frear a oferta de concursos públicos, sucateia o serviço prestado à população, considerando que faz cair a qualidade técnica das equipes de trabalho, alimentando uma fragmentação administrativa arcaica, onde planejamento não ganha concretude e ações concretas não partem de um planejamento.

⁷ Assunto disponível em : <https://extra.globo.com/noticias/rio/mp-vai-ao-stf-contra-prefeito-de-belford-roxo-por-causa-de-nepotismo-22036454.html> acessado em 03/06/2018 às 18:05

3- ASPECTOS DA DESIGUALDADE: UM PANORAMA ATUAL DO MUNICÍPIO

Este ponto tem como objetivo central, a partir de alguns indicadores sociais, apresentar alguns aspectos da desigualdade evidenciados na conformação do município. Para isso, apresentamos de forma geral o município, e em seguida, demonstramos alguns dados que respondam sobre: i) quem é a população residente de Belford Roxo (considerando cor/raça) ; ii) onde, e em que condições moram (considerando energia elétrica, acesso a água potável, rede esgoto, coleta de lixo, etc)?; e iii) como se deslocam? Também levaremos em consideração fatores como cor/raça e gênero.

Esses dados além de traçar um perfil populacional, objetivam também um detalhamento de como a população acessa as três políticas urbanas, que segundo Maricato (2015), são consideradas estruturais: habitação, saneamento e transporte. Para isso, utilizaremos como fontes de dados o Censo Demográfico 2010, e alguns documentos oficiais do município como: o Plano Diretor do Município, o Plano Municipal de Assistência, e o Plano Municipal de Saneamento.

A cidade de Belford Roxo, como já apontamos nesse trabalho, está situada na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, e segundo dados do Censo – IBGE, possuía em 2010 uma população de 469.332 mil habitantes, com estimativa para 494.141 mil habitantes para 2016. Com área de 78,17 km², concentra uma média de 6003,08 hab/km². No que refere à localização dos domicílios, o Censo IBGE- 2010 nos diz que num universo de 145.743 domicílios⁸, 10.397 (7,1% deles), estão localizados em favelas e espaços populares⁹. Essa população é composta por mais mulheres

⁸ O IBGE entende que domicílios são espaços com uma estrutura “separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal.” E os critérios que definem isso são o de independência que basicamente se resume ao acesso direto, ou seja, a moradora ou o morador não tem que passar pela casa de outra pessoa para acessar a sua (IBGE, 2010).

⁹ Utilizamos o termo “favelas e espaços populares” para caracterizar aquilo que o IBGE entende por “Aglomerados Subnormais”. Empregamos esse termo, por entender que embora sejam bastante esclarecedoras, as próprias definições do IBGE, elas não dão conta de expressar o que seriam esses territórios.

(52%) que homens (48%), e é majoritariamente negra. Se considerarmos pretos e pardos como pretos, o que se apresenta é um percentual geral de 66,6 % de pretos, para 32,4 % brancos, 1% amarelos e 1% indígenas. Quando nos deslocamos para a população residente em favelas e espaços populares, esse percentual aumenta, registrando 70,6% de pretos, para 15, 3% de brancos. O que nos mostra que mesmo numa cidade onde a população é majoritariamente pobre e preta, o número de pretos será ainda maior nos espaços onde há aumento no nível de precarização da vida. Possui uma taxa de 60,02% de incidência de pobreza.

- Habitação

Sobre a situação de acesso à moradia constatamos que a maioria da população em 2010, vivia em casa própria, o que talvez possa ser justificado: i) pelas facilitações no acesso aos loteamentos no período de urbanização da Baixada, conhecido como “febre loteadora”; e ii) pela prática da autoconstrução do “puxadinho”, uma espécie de moradia anexa a construções anteriores, muito comum na casa das famílias dos espaços populares.

Mesmo tendo o IBGE registrado que a maioria da população vivia em casa própria em 2010, mais tarde em 2015, o observatório das metrópoles identificou que Belford Roxo possuía um déficit habitacional de 60 mil moradias, tendo como principal programa habitacional o Programa Minha Casa Minha Vida¹⁰. De acordo com o relatório do PMCMV, da Secretaria de Habitação e Urbanismo do município, dessas 60 mil famílias sem casa, apenas 25 mil estavam cadastradas nas fileiras do programa.

Se pensarmos que o número de cadastrados é pequeno, nos desanima mais ainda o número de domicílios disponibilizados pelo programa. A cidade conta com treze empreendimentos imobiliários construídos e lotados, que totalizam apenas 4.616 domicílios. Ainda de acordo com a própria SEHURB,

¹⁰ O Programa Minha Casa Minha Vida, é um programa do Governo Federal, lançado em 2009, e gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA, via recursos do FAR (Fundo de arrendamento residencial), que consiste na aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados como empreendimentos habitacionais em regime de condomínio ou loteamento, constituídos de apartamentos ou casas que depois de concluídos são direcionados às famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$ 1.800,00.

existem mais três empreendimentos em andamento que totalizam um número de 4.025 moradias. Desses, apenas dois tem previsão de entrega para 2017, totalizando 3.120 moradias. Os outros 1.105 apartamentos estão com as obras paralisadas e não possuem previsão de entrega.

Além de não cobrir a demanda por domicílios, o MCMV atua com “uma visão empresarial da política habitacional, ou seja, de construção de novas casas, apenas, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto, e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade”(Maricato, 2015, p.37). Ou seja, além da construção de uma quantia irrisória de casas, elas seguem desacompanhadas da construção de um espaço digno, com condições salubres, e com possibilidades de acesso à equipamentos de saúde, educação e lazer. Muitas vezes, os espaços de construção dessas moradias são tão precários, que sequer possuem oferta de transporte.

Ainda com referência a política habitacional do município, constatou-se também a presença de um outro programa do governo federal, o Programa Morar Melhor, direcionado à famílias que não tinham nenhuma condição de custear o MCMV. De acordo com informações da SEHURB, esse programa é fruto de reivindicações populares ocorridas em 2009, por parte de famílias que viviam em áreas de risco estrutural e condições de extrema pobreza. Apesar das reivindicações terem ocorrido em 2009, os apartamentos, oitenta (80) unidades, só foram entregues na gestão seguinte 2013- 2016.

Embora o relatório da SEHURB aponte que a demanda foi indicada por secretarias do município, infelizmente não foram encontrados documentos que relatem os critérios de elegibilidade para aquisição da moradia, muito pelo contrário, há inclusive por parte de alguns técnicos da secretaria de habitação um desconhecimento da existência desse programa. Fato curioso, e que nos leva a pensar sobre quais os possíveis motivos, que levam à prefeitura, a não pegar para si o mérito da concessão de 80 unidades habitacionais inteiramente gratuitas.

- Sobre os serviços de abastecimento de energia elétrica, água potável e coleta de lixo:

Considerando o universo de 145.667 domicílios, 159 domicílios não tinham energia elétrica. 139.998 domicílios tinham de distribuidora, uns com medidor de uso exclusivo, outros com medidor de uso coletivo, e até alguns sem medidor. 5.530 domicílios tinham de uma fonte que não a distribuidora local de energia.

Sobre o abastecimento de água, a falta de acesso aumenta, considerando que: dos 145.667 domicílios, 37.148 não usufruem de água fornecida pela companhia de abastecimento, dessas últimas, 28.914 (19,8% do total de domicílios), possuem poço ou nascente em casa.

Referente a situação do lixo, nos debruçamos num cenário mais caótico. Do universo total de domicílios, apenas 88,7% tem seu lixo coletado. Infelizmente não sabemos com que frequência semanal que o serviço é ofertado. Mas a partir desses dados, já sabemos que o lixo de 16.415 casas não é recolhido. Sendo a própria população a responsável pelo destino do lixo, e o faz queimando, enterrando, ou até mesmo descartando em terrenos baldios ou rios, o que nos desvela não só um problema de saneamento, mas também sócio ambiental e de saúde pública.

Além disso, sabe-se que o serviço ofertado a esses 88,7% da população é de péssima qualidade, tendo em vista que problemas administrativos entre a prefeitura e empresas responsáveis pela coleta, são históricos. Já no ano de 2017, em início de mandato, a prefeitura foi acusada pelo proprietário do aterro sanitário da cidade, de utilizar da Guarda Municipal e de milícias armadas para forçar o acesso ao aterro que encontra-se fechado por falta de pagamento. De acordo com reportagens¹¹, com o fechamento do aterro sanitário, o lixo está sendo dispensado em um terreno irregular, que fica próximo a um rio.

- Mobilidade Urbana

No que tange a mobilidade urbana, não muito diferente da maioria das cidades da região metropolitana, o transporte em Belford Roxo é precário e bem caro. A cidade inteira conta com um total de 72 linhas de ônibus, divididas entre transporte municipal e intermunicipal. Apesar dos preços altos, o serviço

¹¹ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/dono-de-aterro-sanitario-em-belford-roxo-diz-que-prefeitura-usa-milicianos.ghtml> . Acessado em 26/03/2017 às 18:00h

é bem precário, além de pouca oferta noturna (nenhuma em alguns bairros após às 00:00h), os transportes municipais não possuem ar-condicionado. Em alguns bairros de difícil acesso, apenas uma empresa monopoliza o serviço, e além de ofertarem uma única linha de ônibus, mantém-se um relação tão promíscua com a prefeitura, que a própria empresa conserta os buracos nas ruas por onde circula.

A cidade também conta com linhas legalizadas de vãs que realizam o transporte alternativo na cidade e cobrem acessos com maior precariedade no transporte, mas essas também encerram o serviço às 22h da noite. Além disso também é crescente o serviço ilegal de mototáxis, que embora não se tenha informações muito precisas, parecem funcionar 24h, e geralmente atuam sob comando de grupos civis armados.

Mesmo com as opções alternativas, o segundo transporte mais utilizado pelos trabalhadores que se deslocam diariamente para o Rio de Janeiro, é o ferroviário, certamente por ser a alternativa mais barata (R\$ 3,70), e por dar acesso à estações de dezoito bairros, cinco baixadenses e treze cariocas. Embora o trem seja a opção mais barata de deslocamento para o Rio de Janeiro, ao analisarmos os horários de viagens disponíveis, nota-se prontamente que ele tem apenas a função de deslocar para o trabalho. Visto que aos domingos, dia comumente reservado ao lazer dos trabalhadores, o serviço é interrompido às 14:27h da tarde. O que nos atenta para a ideia de uma mobilidade urbana limitada, precarizada e cara, não por acaso. É sim parte de uma estratégia de isolamento da população pobre nas suas áreas de moradia sobretudo nos dias de lazer.

Tanto as soluções encontradas diante à falta de acesso à abastecimento de água, quanto à inexistência de serviço de coleta de lixo, remontam a “rede de resoluções de problemas práticos” apontadas no ponto anterior, onde a própria população cria mecanismos (algumas vezes inadequados), para sanar necessidades que o poder público, ou as empresas à serviço no local não atendem.

A situação do saneamento na cidade nunca perdeu seu caráter de urgência, sobretudo, se considerarmos que 69% dos domicílios, em 2010, não acessavam à uma rede de esgoto pluvial. O que conseqüentemente nos

remete a pensar numa cidade tomada por fossas rudimentares, valas abertas, e lençóis freáticos contaminados. O nível de precarização se intensifica ao analisarmos a situação do esgotamento, em conjunto com a oferta de abastecimento de água, que no mesmo período não atingia pelo menos, cerca de 30% dos domicílios. De acordo com o Instituto Trata Brasil¹², essa precária condição de saneamento, fez com que Belford Roxo, entre os anos de 2003 e 2008, fosse a segunda cidade em todo país, com maior número de internações por diarreia, consequência do consumo de água inadequada, o que retrata uma cidade com alta incidência de pobreza. Vale destacar também, que o segundo maior motivo de morte hospitalar no município são doenças parasitárias ou infecto contagiosas.

- Espaços de cultura e lazer e entidades sem fins lucrativos

Para os 128 bairros da cidade, existem 43 praças públicas, no entanto não se pode mensurar aqui a situação estrutural delas, nem se estão localizadas em pontos seguros da cidade. Há uma única Vila Olímpica para atender toda a população, e essa está em condições estruturais extremamente precárias.

Sobre espaços de cultura, há uma Casa de Cultura Municipal- A Casa de Cultura Geraldo Casé, onde se localiza o único cineteatro da cidade. Não há ofertas de cinemas e teatros privados na cidade, o que conseqüentemente obriga o deslocamento daqueles que buscam algum canal de cultura e entretenimento para as cidades limítrofes: Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu.

Sobre o número de entidades sem fins lucrativos na cidade, no ano de 2010, o Censo IBGE identificou que havia 692 entidades. Dessas, 477 tratava-se de instituições religiosas, enquanto 5 era a soma total de partidos políticos, sindicatos ou associações patronais e sindicais.

Não por acaso, esses foram os últimos dados expostos. Não é difícil percebermos que numa cidade que tem sua construção marcada pela

¹² O Instituto Trata Brasil é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, formado por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Atua desde 2007 trabalhando para que o cidadão seja informado e reivindique a universalização do serviço mais básico, essencial para qualquer nação: o saneamento básico.

descrença na participação do Estado, e numa política balizada no favor e na caridade, o número de instituições religiosas é infinitamente maior que o de organizações político partidárias ou sindicatos, nos levando a concluir, que quando se perde a fé na ação humana, o que se resta pra essa população é acreditar na providência dos deuses.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados, o que se constata é que, se 26 anos atrás, o município se emancipava, pois auferia de pouquíssimos recursos, com a emancipação, esse quadro pouco se alterou. O número de habitantes seguiu crescendo de maneira desenfreada, mas a cidade permaneceu cumprindo um papel de dormitório dessa grande massa trabalhadora, que devido a baixa oferta de serviços no município, seguiu se deslocando pendularmente para outras cidades, principalmente para o Rio de Janeiro. Em 2010, o município ainda registrava um número de mais 30 mil pessoas em situação de extrema pobreza, a violência cada vez mais intensa, levou Belford Roxo, a registrar uma taxa de homicídio de jovens entre 15 e 29 anos, que atingia o número de 77,7%, e o saneamento, segue sendo elemento de urgência.

Vale dizer que esses dados, apesar de reveladores em alguns aspectos, ainda não apresentam a totalidade da situação degradante que vive a cidade, e que um maior detalhamento do município não foi possível graças a alguns entraves burocráticos da própria prefeitura. Poucas secretarias no período dessa pesquisa contavam com páginas na internet, e com exceção da secretaria de assistência social e de saneamento, nenhuma outra disponibilizou um plano de gestão. Na tentativa de conseguir informações presenciais, o que se constatou, é que as secretarias não disponibilizam o plano, porque os planos não existiam.

Não só as supracitadas, mas muitas outras questões surgiram no corpo desse trabalho, e elas não se encerram aqui, e nem nos atiram a proposição de uma “receita”, que possa resolver os problemas urbanos de Belford Roxo, ou de qualquer outra periferia urbana no Brasil. Mas elas nos remetem a pensar esses lugares nas suas especificidades, e nos colocam o desafio, de traçar

estratégias para difundir nos espaços mais precarizados da cidade, a importância de nos organizarmos de maneira democrática e popular, para a construção de uma cidade democrática e popular. Já, que só a organização dos trabalhadores, torna possível a construção de uma cidade dos/para os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. **A greve da Bayer Belford Roxo: ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada Fluminense (1958-1989)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

DONO de aterro sanitário em Belford Roxo diz que prefeitura usa milicianos. **G1**, Rio de Janeiro, 14 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/dono-de-aterro-sanitario-em-belford-roxo-diz-que-prefeitura-usa-milicianos.ghtml>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/belford-roxo/panorama>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense, identidades e transformações: estudo de relações políticas na Baixada Fluminense**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO vai ao STF contra Prefeito de Belford Roxo por causa de nepotismo. **Extra**, Rio de Janeiro, 7 nov. 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/mp-vai-ao-stf-contr-prefeito-de-belford-roxo-por-causa-de-nepotismo-22036454.html>>. Acesso em: 3 jun.2018.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS) (2014-2017), Prefeitura Municipal de Belford Roxo, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, SEMASDH, 2014.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba à Nova Iguaçu (1833-90s): economia e território em processo**. 2006. Dissertação (Mestrado em

Planejamento Urbano Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na baixada fluminense. Rio de Janeiro: Entorno, 2007.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade**: história política da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.